

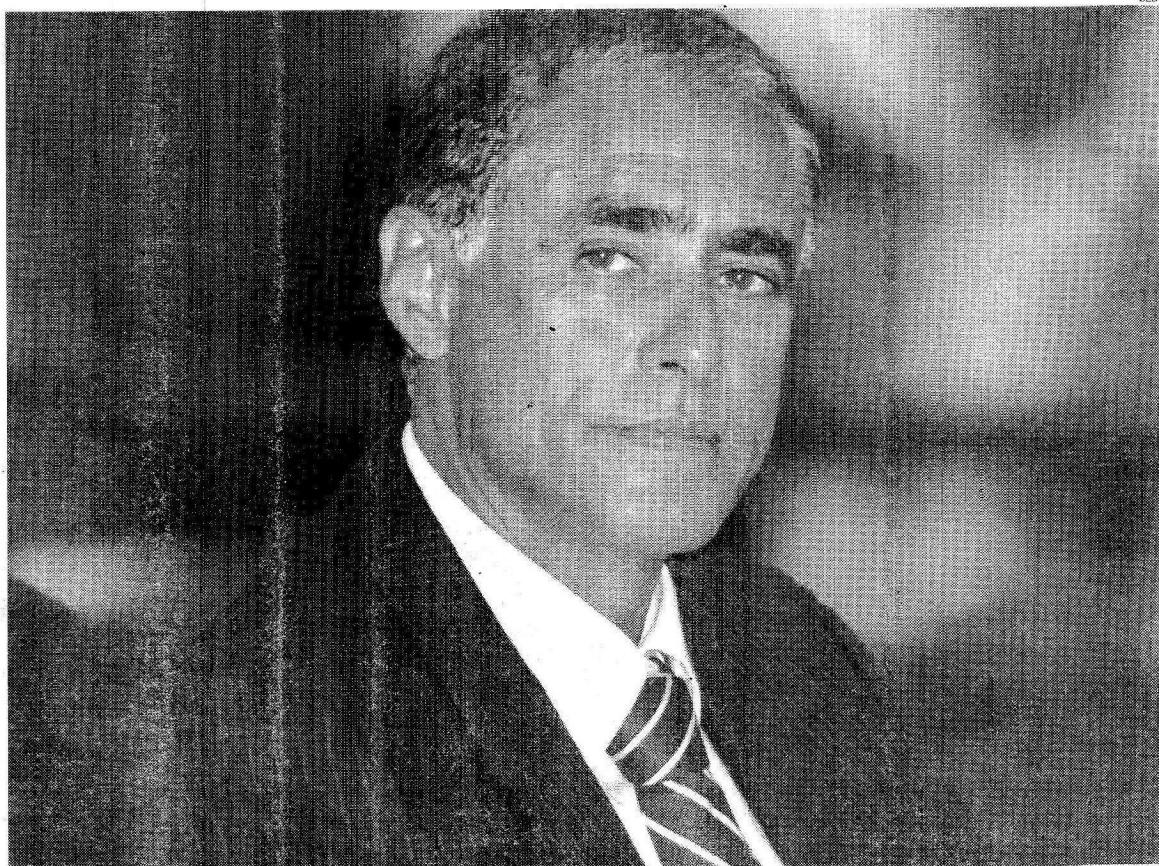
Aprovado reajuste de servidores

Acordo firmado com o governo permitiu aumento linear de 10% para servidores

LUIZ PHILIPPE LEITE

ACÂMARA Legislativa aprovou projeto de lei (PL 963/08) que estabelece o reajuste salarial de servidores da Saúde das áreas afins (cirurgião-dentista, fisioterapeutas, psicólogos, entre outros). O projeto ainda precisa ser sancionado pelo governador Arruda. Se for da vontade do GDF que propôs a correção, o acréscimo nos vencimentos poderá vir já na folha de pagamento do mês de setembro. Um aumento de despesas de R\$ 34,4 milhões no Orçamento de 2008.

A medida vai beneficiar cerca de 23 mil servidores com reajuste linear de 10% para todas as carreiras. Deputados salientaram que o aumento foi uma conquista da categoria através da Câmara Legislativa. O distrital Dr. Charles (PTB) foi o principal mediador das negociações com o governo. Segundo ele, no dia em que o projeto



O deputado Dr. Charles (PTB) foi o principal mediador das negociações com o governo

de lei que reajustou os vencimentos dos médicos foi aprovado, houve um estardalhaço das demais categorias da saúde. "Quando aprovamos o aumento dos médicos, muitos reclamaram, pois se sentiram excluídos. Onde estão essas pessoas agora?", indagou. O distrital ressaltou que o aumento não foi suficiente, mas foi um começo.

"Vamos trabalhar para conseguir mais. Enquanto isso, a solução são novos concursos para acabar com o déficit de servidores da saúde pública do DF", enfatizou.

A deputada Érika Kokay (PT) aproveitou a discussão da saúde para criticar a forma como o GDF aplica o dinheiro público. "O governo gastou R\$ 16 milhões em equipamentos

para os hospitais. Esse material não foi instalado e desperdiçou-se R\$ 60 milhões em vigilância terceirizada para cuidar desses equipamentos", afirmou. Kokay disse ainda que a verba destinada à saúde no DF é a maior do país e ainda assim os hospitais têm muito mais problemas que outras localidades. "Brasília tem 2,5 milhões de habitantes e o orça-

mento para a saúde é três vezes maior que o do município de São Paulo, com 10,5 milhões de pessoas", comparou.

Educação

A Câmara Legislativa também aprovou o projeto de lei (PL 961/08) que concede crédito adicional ao Orçamento do Distrito Federal. Os R\$ 208,9 milhões a mais serão utilizados no pagamento de servidores da Educação. Ainda no âmbito do ensino, os distritais aprovaram requerimento que autoriza a realização de audiência pública no plenário da casa, às 15h do dia 1º de setembro, para discutir os problemas enfrentados pelos professores de contrato temporário da Secretaria de Educação. O deputado Rogério Ulysses (PSB) defendeu a criação da Universidade Distrital. Ele acredita que o governo deve investir em um ensino superior público distrital. "Temos uma lacuna enorme. A única universidade pública do DF é a UnB, uma instituição federal. Deveríamos seguir o exemplo das universidades estaduais das outras unidades da Federação. Chegou a hora de termos também a nossa universidade", reivindicou.